



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA Nº 26 DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Senhoras e Senhores, meus amigos,

Devo iniciar fazendo alguns agradecimentos, dos muitos que devo fazer em meu pronunciamento, neste dia que é de importância ímpar em minha trajetória acadêmica.

É que, ao lado de considerações que julgo importantes fazer, relacionadas à Academia e ao seu objeto, acredito ser oportuno aproveitar o momento para manifestar, de público, agradecimentos que venho fazendo de forma esparsa ao longo dos anos. É a primeira vez que este tipo de ocasião se apresenta, e pretendo aproveitá-la.

Quero, de início, agradecer à gentileza da Academia Paraense de Letras, e de seu Presidente, Acadêmico Alcyr Meira, que me permitiram ter a honra de tomar posse na Academia Brasileira de Direito do Trabalho nesta sede tão bela e com tanta história.

Quero agradecer a presença do Presidente Eudiracy Silva, da Academia Paraense de Letras Jurídicas, onde ocupo a Cadeira de nº 22.

Quero agradecer ao Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho que, impedido de estar presente nesta cerimônia, tomou todas as providências que lhe competiam para sua realização.

Quero, também, agradecer ao Acadêmico Georgenor de Sousa Franco Filho, Presidente Honorário da Academia, e seu Presidente em dois períodos: 2006-2008 e 2008-2010.

Não só por ter aceitado a dupla incumbência de presidir esta cerimônia de posse e fazer a minha apresentação, mas também por ter sido o artífice de minha candidatura — na Academia, as pessoas não se candidatam, são indicadas, pois a condição de postulante a uma cadeira é feita pela indicação de no mínimo de três membros —, juntamente com os Acadêmicos Rosita de Nazaré Sidrim Nassar e Vicente José Malheiros da Fonseca, no início, e, depois, com a participação do Acadêmico Raimundo Simão de Melo, por adesão.

Com todos sempre tive contato próximo. Com o Acadêmico e Desembargador Vicente Malheiros atuei, como Advogado, Procurador do Estado do Pará e membro do Ministério Público do Trabalho, em audiências e sessões por ele presididas na Justiça do Trabalho.

Com a Acadêmica Rosita Nassar, que me orientou no Mestrado na UFPA, trabalhei no Ministério Público do Trabalho e, depois, ela desembargadora e eu Procurador, dividimos espaço nas sessões do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Hoje participamos, ambos, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, nos cursos de mestrado e doutorado. Ela



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

ainda professora efetiva, e eu, já aposentado como Associado II, hoje como professor voluntário.

Já com Raimundo Simão, amigo dileto, aprendi, dentro do Ministério Público do Trabalho, onde foi e até hoje é uma liderança positiva, o que é trabalhar com seriedade, com afinco e com objetivos.

É com o Presidente Georgenor, todavia, que tenho maior proximidade. É que, além de ter atuado na vara do trabalho que presidiu, e no Tribunal do Trabalho, onde também foi Presidente, desde 1999 sou um de seus liderados no Mestrado em Direito da Universidade da Amazônia, hoje denominado Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais, por nós pensado e executado, juntamente com outros doutores em Direito, parte deles aqui presentes. Com ele tenho participado, também, de diversos projetos acadêmicos.

Antes de continuar meus agradecimentos, entretanto, gostaria de traçar uma breve trajetória de Irazy Ferrari, que tenho a honra de suceder na Cadeira nº 26 da Academia.

Irazy Ferrari ingressou na Cadeira nº 26 em 4 de dezembro de 1979, e foi, até hoje, seu único ocupante. Um dos fundadores da então Academia Nacional de Direito do Trabalho, teve presença ativa na entidade, participando, por exemplo, de sua diretoria, no período 1997-1999, como 2º Secretário, e, no período 1999-2002, como 2º Vice-Presidente.

A respeito de sua trajetória profissional, prestou exame para a faculdade em 1948 e cursou o bacharelado em Direito na PUC/SP, na 3ª turma daquele curso. Aqui algo que nos aproxima, além da dedicação ao estudo do Direito do Trabalho. Foi lá que fiz meu doutoramento, concluído em 1999, sob a orientação do Acadêmico Cássio Mesquita Barros, que foi o 3º Presidente da Academia, após banca examinadora de tese que teve, entre seus integrantes, outros três acadêmicos: Renato Rua de Almeida, Carlos Moreira de Luca e Nelson Mannrich, este também Presidente da academia, de 2010 a 2014, em dois mandatos.

Foi Irazy Ferrari, primordialmente, Advogado, começando como credenciado da Previdência Social. Depois, trabalhou na SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, e, paralelamente, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Por conta de sua amizade com Armando Casimiro Costa, passou a colaborar com a LTr em 1968, onde começou a escrever artigos e a participar em diversos projetos da Editora, como a CLT-LTr, obra que contempla, além do texto completo e com remissões, da Consolidação das Leis do Trabalho, toda a legislação trabalhista esparsa e a jurisprudência consolidada, com as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho e outras.

Segundo o próprio Irazy Ferrari, ir para a LTr foi decisivo para sua ligação com o Direito do Trabalho.



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Aqui, outro fato que me aproxima do imortal Irany Ferrari. Embora meu primeiro livro, lançado em 1996, tenha sido publicado pela Editora Gênese, de Curitiba, pela generosidade de Itacir Luchtemberg e do Acadêmico Sebastião Antunes Furtado, desde 1998 tenho publicado meus livros de autoria individual pela LTr — com exceção do “Direitos humanos, cidadania, trabalho”, lançado tendo a mim como editor, em 2004, somente para ser distribuído como forma de comemorar a chegada dos meus 40 anos de idade. Já são, desde essa época, sete livros publicados pela LTr, com diversas reedições, e que constituíram fator decisivo para que meu nome fosse conhecido fora dos limites do Estado que me acolhe desde 1964, o Pará.

Foi ainda, meu antecessor, Juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo quinto constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, lá permanecendo até a aposentadoria.

Não conheci pessoalmente Irany Ferrari, como conheci e conheço outros membros da Academia, mas, tive a oportunidade de vê-lo de perto, assim como de ouvi-lo falar diversas vezes em São Paulo, nos congressos da LTr, sempre elegante e educado. Para mim, seguramente, é uma honra sucedê-lo.

Quero, agora, voltar aos meus agradecimentos, e que explicam os acertos de minha vida. Faço isso certo do risco de cometer injustiças. Esse o ônus de ser grato a tantas pessoas.

Início pela minha família, os Aciolli Nobre e os Monteiro de Brito, lembrando de imediato de meus pais, Maria Luiza e José Claudio, assim como de meus irmãos, Claudia, Paula e Luis, pois, além do amor que nos une, com todos eles aprendi o valor das duas qualidades que mais aprecio, e que tento, insistentemente, preservar em mim, além de transmitir a meus filhos: a honestidade e o respeito ao trabalho duro. Aproveito para, ainda, lembrar da família de minha mulher, e que hoje também me acolhe, os Leite Saraiva.

Lembro também dos que me permitiram dar meus primeiros passos como operador do Direito, meus tios Antonio e Edmé, e meu primo Toninho, ou Antônio Britto, como é profissionalmente conhecido. Foram eles que me acolheram no Escritório Barra Britto, e deram as bases práticas para tudo o que fiz até hoje.

A respeito das bases teóricas, poderia dizer que comecei a colhê-las na Faculdade de Direito, mas, em verdade elas já chegaram a mim um pouco antes, pois não se é filho de dois juízes do trabalho, e irmão de mais um deles, sem sofrer as influências de uma família que sempre respirou o Direito do Trabalho.

Desse período quero lembrar, também, todos com quem trabalhei à época em que fui Procurador do Estado do Pará, e recordo aqui de Ophir Cavalcante Junior, com quem muito aprendi, só vendo a forma competente como exercia a advocacia.

Lembro também os ensinamentos que recebi de um grupo de amigos, e que, hoje, juntos, e porque não poderia ser diferente, formam um dos maiores escritórios de advocacia do país;



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Reynaldo, Jorge Alex — este também meu professor na faculdade —, Juarez e Ricardo — filhos do acadêmico Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello, aqui presente —, Scaff e Pedro, além do saudoso Gilberto. A eles somo o meu compadre Antonio Henrique.

Não posso também deixar de lembrar do Ministério Público do Trabalho, instituição que deixei com pesar em 2010, aposentado compulsoriamente depois de adquirir uma irreversível cardiopatia. Lá, posso dizer, completei minha formação como operador do Direito, e encontrei minha vocação. Mesmo aposentado, sei que serei para sempre um membro do Ministério Público. Meus agradecimentos a todos os Procuradores com quem tive a satisfação de trabalhar, aqui na 8ª Região, alguns desde o período em que fomos todos procuradores do Estado do Pará, como Loana, Ana e Rita, e em todo o Brasil, especialmente quando coordenei, nacionalmente, o combate à discriminação no trabalho, e aqui lembro os com quem trabalhei mais de perto: Ivana, Sandra e Otavio. Faço uma especial referência à Procuradora Heleny Schittine, Diretora da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, entidade que representa nesta cerimônia.

Mas, não só a eles quero fazer referência. Devo agradecer também aos servidores. A estes, e em nome de todos, agradeço nas pessoas da Cynthia, Secretária Regional do período em que fui o Procurador-Chefe do Pará e do Amapá, que de tudo da administração cuidava para que pudesse continuar a ser somente o que queria ser, um procurador, e do Duval, meu amigo e também meu revisor.

A propósito, é do meu trabalho no Ministério Público do Trabalho que saiu a inspiração para diversas pesquisas que realizei nas instituições de ensino onde lecionei e leciono: UFPA, UNAMA e CESUPA, e que, depois, foram publicadas como livros: *Discriminação no trabalho*, *Trabalho decente*, *Ações afirmativas* e *Trabalho escravo*, além do *Direitos Humanos*, que será lançado no próximo mês.

Termino meus agradecimentos fazendo menção a essas três instituições de ensino superior em que trabalhei como professor. Em duas delas ainda continuo.

Começo com o Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, onde trabalhei nos primeiros anos da década passada. Era o CESUPA, àquele momento, especialmente pela expertise e pela dedicação da família que o constituiu, uma boa promessa; hoje, revela-se uma realidade, com um curso de graduação em Direito forte e um programa de pós-graduação em Direito que já colhe os primeiros frutos, e que é coordenado pelo meu primeiro orientando de doutorado na Universidade Federal do Pará, o professor Jean Carlos Dias.

Lá, dirigido pelo professor Sérgio Mendes, e coordenado pelo professor Sandro Alex, pude desenvolver um trabalho que, enquanto me foi possível — considerando o tempo de que dispunha para realizar minhas múltiplas atividades — manter, sempre me deu enorme satisfação.



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

É uma instituição que já deixei há dez anos, mas da qual, por alguma razão, sempre me sinto devedor. Por isso, de quando em quando tento quitar uma parte dessa dívida.

Devo lembrar também da Universidade Federal do Pará, onde lecionei, desde 1994, primeiro na graduação, depois no mestrado, e por fim, também, no doutorado, e onde continuo, embora lá também tenha sido compulsoriamente aposentado em 2010.

Sou hoje professor voluntário no Programa de Pós-Graduação em Direito, e pretendo continuar nessa condição por muito tempo.

A propósito, a explicação para essa afirmação é muito simples, e eu aqui a apresento novamente, embora possivelmente a larga maioria dos aqui presentes já a tenha ouvido: estudei na escola de aplicação da Universidade Federal do Pará, a “escolinha da universidade”, como a chamávamos, desde os cinco anos de idade, e continuei na Universidade na graduação, e até a conclusão do meu mestrado em Direito, tendo essa instituição custeado, ainda, na forma de licença remunerada que me foi concedida, já professor, o meu doutoramento em São Paulo.

A respeito do mestrado devo registrar, além do fato de ter sido orientado pela Acadêmica Rosita Nassar, como já referido, o fato de que a banca examinadora foi composta por outros dois acadêmicos: Arion Sayão Romita, que foi presidente da Academia, e Roberto Santos, paraense já falecido.

No total, recebi da Universidade Federal do Pará quase vinte e seis anos de estudos gratuitos, que me fizeram ser para sempre agradecido a esta instituição pública.

Por isso tenho dito aos que buscam os meus serviços, de forma temporária ou definitiva: a primeira condição é a de que minha relação com a Universidade Federal do Pará não seja afetada, agora e enquanto o Programa de Pós-Graduação em Direito dele necessitar.

Não fosse isso, tenho com meus pares, na pós-graduação, uma relação mais que fraterna, o que é mais uma razão para lá querer permanecer até o dia em que ainda tiver forças para ser útil.

Há ainda a Universidade da Amazônia – UNAMA, onde comecei a lecionar, em cursos eventuais, em 1997, e, como efetivo, em 1999, na graduação em Direito, mas, principalmente, no Curso de Mestrado em Direito.

Levado pelo Professor Georgenor de Sousa Franco Filho, sempre tive com a Unama relação que ia além da relação de trabalho, pois, à época, entre seus mantenedores estavam o Dr. Edson Franco — colega de faculdade de meu pai — e o Professor Antônio Vaz.

Agora, sendo a Universidade da Amazônia de propriedade de grupo que tem como seu principal expoente o Professor Janguê Diniz, que conheço desde 1993, quando passamos a integrar o Ministério Público do Trabalho, minha expectativa é de que essa relação, que é um



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

misto de trabalho com amizade, permaneça, até porque lá tenho companheiros queridos, alguns presentes, e gostaria que nossa saudável convivência permanecesse.

Feitos meus agradecimentos, quero registrar a honra de, a partir de hoje, participar, como ocupante da Cadeira nº 26, da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, entidade de caráter nacional fundada em 10 de outubro de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, com sua denominação original: Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Mais importante entidade privada no Brasil a se dedicar ao estudo e à pesquisa do Direito do Trabalho, a Academia reúne os mais importantes juslaboralistas brasileiros e, devo dizer com sinceridade, jamais imaginei integrar seus quadros, até porque me acostumei, desde o início de minha vida como estudante do curso de graduação em Direito, no início dos anos 80, e depois como um jovem advogado, a ver os acadêmicos como profissionais em quem deveria eu me espelhar e com quem deveria aprender, mas, claramente, como pertencentes a um mundo diferente do meu.

Minha percepção começou a mudar, principalmente, quando tive a oportunidade, primeiro, em 1996, de conhecer o Ministro Arnaldo Süssekind, que ocupa de forma perpétua a cadeira nº 1 da Academia e foi o seu primeiro Presidente, na cidade de Marabá, no Pará, em evento organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e em que tanto ele como eu fomos palestrantes, embora com importâncias bem distintas.

No ano seguinte, em Belém, tive o privilégio de conhecer João de Lima Teixeira Filho, um dos maiores advogados trabalhistas do Brasil, e discípulo do Ministro Arnaldo, em evento também organizado pelo Tribunal da 8ª Região.

Mais adiante, em evento organizado em Goiânia, conheci José Augusto Rodrigues Pinto, outra referência importante da Academia.

Por fim, em 2000, na defesa de tese de doutorado, na PUC de São Paulo, do acadêmico Otávio Augusto Reis de Sousa, participei, como membro, da banca examinadora, que foi presidida pelo 2º Presidente da Academia, Amauri Mascaro Nascimento, falecido ano passado. Nesse momento, eu, que havia iniciado meus estudos lendo os livros de Arnaldo Süssekind e Amauri Mascaro, percebi o quanto minha vida havia mudado.

Não fazia parte de meu plano de vida, ainda, todavia, integrar a Academia, entidade que, acreditava eu — e ainda acredito — deve ser ocupada por aqueles que já tiveram sua vida profissional e, principalmente, sua atividade acadêmico-científica, consolidada.

Por isso, instado diversas vezes a disputar uma cadeira na Academia pelo Professor Georgenor de Sousa Franco Filho, e uma vez, em Brasília, em Congresso organizado pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministro Orlando Teixeira da Costa, que também foi Presidente da Academia, sempre tive o cuidado de, embora demonstrasse reconhecer a importância de pertencer a este Sodalício, recusar a oferta de apoio.



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Isso mudou no início do ano passado, quando o Professor Georgenor de Sousa Franco Filho me procurou, informando a vacância de Cadeira nº 26, bem como pelo estímulo de outros acadêmicos para que eu disputasse a eleição.

Nesse momento, já com quase meio século de vida, e com uma carreira profissional e acadêmica de quase trinta anos, já formada — embora, imagino, ainda em andamento —, julguei que era o momento de, finalmente, tentar integrar a Academia, no que fui bem-sucedido, graças ao apoio da maioria dos acadêmicos, que acreditou que meu nome era digno o suficiente para ocupar lugar como um de seus pares, o que agradeço.

Acredito que isso se deu pelo reconhecimento de que minhas atividades, nas últimas três décadas, estão relacionadas ao Direito do Trabalho, como foi brevemente exposto, linhas atrás.

Minha ligação com o Direito do Trabalho, a propósito, é de todos conhecida, e mesmo minhas relações mais recentes com a Filosofia Moral e com a Filosofia Política, assim como com os Direitos Humanos são daquele derivadas, pois foi a busca de uma forma mais justa de distribuição dos direitos e dos deveres entre os integrantes da sociedade, especialmente os que vivem de sua própria força de trabalho, bem como o fortalecimento de seus direitos mais básicos que justificaram a ampliação do meu objeto de estudo, e até a mudança de minha forma de agir nas minhas atividades profissionais, quando ainda atuava como Procurador.

Por isso gostaria, voltando aonde comecei minha atuação, e também de forma breve, de falar um pouco a respeito de dois ramos do Direito que ainda me motivam: o Direito Sindical e o Direito do Trabalho.

Quanto ao primeiro, o Direito Sindical, e que marcou meus esforços no Curso de Mestrado em Direito na Universidade Federal do Pará, do que resultou meu primeiro livro, *A sindicalização no serviço público*, e no curso de doutorado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e de onde saiu outro livro meu, o *Direito sindical*, que vai agora para a 5ª edição, é um ramo, infelizmente, estagnado, mercê do fato de o Brasil ainda adotar práticas já abandonadas nos países democráticos, e que preservam, no que tem de pior, o modelo corporativista de relações coletivas de trabalho, com monopólio sindical, contribuição compulsória e, embora hoje de forma bem atenuada, a competência normativa da Justiça do Trabalho.

Isso, ressalte-se, para o júbilo de uma casta de dirigentes sindicais, que se servem de um modelo fechado para se perpetuar no poder, e com financiamento garantido pelo ordenamento jurídico.

Se há algo urgente a ser feito, nas relações entre trabalhadores e empregadores, é reformar esse vetusto modelo, que seguramente não serve às forças produtivas brasileiras.



Não fica atrás, também, ao menos não tão atrás, o modelo de relações individuais de trabalho. Baseado na legislação trabalhista surgida dos embates do período da 1ª Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, e centrado em regular o trabalho humano em unidades produtivas com grande concentração de braços, ele necessita, seguramente, de reformas.

Não para assegurar o impensável modelo de liberdade contratual, no plano individual, como defendido por alguns, muito menos para eliminar a sempre necessária proteção do trabalhador, elo fraco, em quase 100% dos casos, da relação entre o capital e o trabalho, mas sim para modernizar práticas que há muito perderam a capacidade de produzir um resultado adequado.

A título de exemplo, veja-se a forma de aquisição e concessão das férias, totalmente incompatível com as práticas atuais das pessoas na utilização de seus períodos de repouso.

Observe-se ainda o interminável leque de rotinas trabalhistas que devem ser cumpridas pelos empregadores. Será que precisamos de tantas regras, formulários e obrigações para que os trabalhadores tenham seus direitos respeitados, ou isso é só uma forma a mais de o voraz Estado brasileiro mostrar o seu controle sobre a atividade produtiva?

Para as reformas necessárias, todavia, seria necessário, tanto no caso das relações coletivas, como no das relações individuais de trabalho, ter os dois Poderes da República responsáveis pela produção normativa: o Legislativo e o Executivo, em condições de conduzir uma discussão franca com os setores produtivos, propondo as alterações necessárias, mas, estamos longe disso.

O que assistimos, hoje, é um governo que já dá mostras de estar terminando, embora tenha tomado posse há, somente, dois meses, e um Legislativo, que parece tudo menos um Poder de Estado, tamanha a sua falta de credibilidade, falta essa atestada todos os dias, salvo honrosas exceções.

O que assistimos é um governo que, embora dê mostras, às vezes, de simplesmente fazer a opção por uma teoria da justiça ultrapassada em termos teóricos, mas poderosa em sua popularidade, o utilitarismo, mesclando-a como os superados “ideais da velha esquerda” — em que as liberdades, como a que ora utilizo, a liberdade de expressão, são ameaças aos detentores do poder —, na verdade está preocupado mesmo é com o sucesso individual de seus membros, especialmente os mais proeminentes.

Um governo que usa de ameaças e das pressões políticas e econômicas contra os que claramente enxergam seus atos como apenas um projeto de manutenção do poder, sem nada que possa, efetivamente, fazer a população melhorar de vida.

Os dias de relações de trabalho equilibradas, no Brasil, compatíveis com o pleno desenvolvimento dos direitos fundamentais das pessoas e o aumento da riqueza nacional, então, não são para agora, estando claro que não virão tão cedo.



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Isso diminui a importância das discussões envolvendo o trabalho humano, especialmente o subordinado, assim como a da Academia Brasileira de Direito do Trabalho? Não, pelo contrário. Agora que é mais importante essa discussão, pois muito há para ser feito e, portanto, para ser estudado, discutido e proposto. Gostaria de continuar contribuindo para isso, como venho fazendo desde 1994, quando, pela primeira vez, na Revista LTr, publiquei texto que julgo ter importância razoável.

Feitas essas considerações, quero encerrar dedicando a honra que é pertencer à Academia Brasileira de Direito do Trabalho, como faço sempre que tenho oportunidade, àqueles que, de forma mais próxima que todos, com todo o empenho, e sempre ao meu lado nos momentos bons e nos momentos ruins, motivam o meu esforço: meus filhos, Luis Antonio e João Augusto, e minha mulher, Lucianna.

Para eles – e por eles – todos os meus êxitos. Muito obrigado!

Belém (PA), em 27 de fevereiro de 2015.

José Claudio Monteiro de Brito Filho

Cadeira nº 26